

Herdeiros e vítimas da “conciliação”: política e História em Joaquim Nabuco

CECILIA HELENA L. DE SALLES OLIVEIRA

“Parcere subjetis, debellare superbos.”
[Poupar submissos, debelar soberbos]
(Virgílio, *Encida*, VI, 853)

“Com que critério um historiador fala das lutas e agentes de uma época que não foi a sua?
A interrogação ganha amplitude quando lembramos que essa época ainda projeta
sua força, suas categorias sobre o presente e quem a historia.”
(Vesentini, 1997)

JOAQUIM NABUCO ocupa lugar preeminente entre os “intérpretes do Brasil”.¹ As obras que escreveu, particularmente *O abolicionismo*, *Um estadista do Império* e *Minha formação* (Nabuco, 1883, 1897-1899, 1900), tornaram-se leituras obrigatórias para os que estudam ou demonstram interesse em conhecer o percurso histórico brasileiro, além de influenciarem fortemente gerações de historiadores e políticos desde os finais do século XIX. As interpretações e inferências registradas nesses textos têm sido consideradas verdadeiros paradigmas, “fachos de luz”,² a informar as análises sobre a fundação e a organização do Império, sobre o caráter da sociedade imperial, sobre a escravidão e as repercussões políticas e sociais que provocou na formação do país. Mais do que isso: Nabuco tem representado um marco para a compreensão dos significados do liberalismo no Brasil e do delineamento da nação no século XIX. Exemplificam essa valorização, comentários veiculados no *Dicionário de história imperial*.

As obras de Joaquim Nabuco tornaram-se clássicos da literatura brasileira; além de *Minha Formação* ter lançado o modelo definitivo de autobiografia política... *Um Estadista do Império* é por muitos considerada a melhor história jamais escrita do Segundo Reinado. Para além da biografia do pai, ao abordar temas como cidadania, soberania, reforma social e institucional e, sobretudo, a construção da nação de acordo com a proposta liberal e monarquista do pensamento inglês de fins do século XIX, Joaquim Nabuco logrou propor a remoção do principal entrave à penetração capitalista no país – a escravidão –, ao mesmo tempo em que reforçou o modelo de modernização conservadora, por meio da defesa do regime monárquico...³

Especialmente no tocante a *Um estadista do Império*, Raymundo Faoro (1997, p.21-30) chamou a atenção para a “história visceralmente artística” nar-

rada por Nabuco, “história criadora, encharcada de arte e banhada de nostalgia”, que não teme sínteses e a interpretação dos fatos, pautando-se pela pesquisa escrupulosa das fontes disponíveis. Apelidado “cavaleiro andante de princípios e reformas”, que trariam modificações profundas na sociedade e no Estado brasileiros de fins do século XIX (Prado, 1999, p.239-66), Nabuco projetou-se no cenário de sua época como deputado, reformista, diplomata e historiador. Teria registrado o funcionamento das instituições imperiais, os percalços por elas enfrentados e, ainda, a

história de uma miopia política quase secular que redundava em enorme fiasco: confrontado ao escravismo desde a sua fundação, o Parlamento contemporizou o quanto pode, deixou o problema tomar dimensões nacionais e internacionais e, quando resolveu agir, provocou a queda da monarquia e do regime parlamentarista. (Alencastro, 2001, v.1, p.131)

Suas obras seriam, assim, a referência essencial para o estudo do período demarcando fatos, protagonistas e cronologias. Exerceram peso decisivo sobretudo na disseminação de algumas das premissas que nortearam parcela significativa das análises posteriores, que se debruçaram sobre a formação da nacionalidade brasileira. Refiro-me, especialmente, a três inferências que permanecem como pontos de partida e guias quando se pretende avaliar o percurso social e político do Brasil no século XIX: a inconsistência e a impropriedade de revoluções liberais, em razão das heranças coloniais, em especial a escravidão, e a inexistência de segmentos livres com condições de atuar politicamente; a incompatibilidade entre liberalismo e escravidão; e o inacabamento da nação, condição histórica decorrente do escravismo e de relações sociais pautadas pela dominação exercida por círculo restrito de dirigentes e grandes proprietários escravistas (Marson, 2001).

Ao investigar as concepções e práticas de conhecimento que fundamentaram a produção de intelectuais brasileiros, entre os fins do século XIX e o início do XX, Stella Bresciani (2004, p.405-6) pôde constatar a persistência da busca de uma identidade nacional e, ao mesmo tempo, a percepção do fracasso que estaria sempre a rondar a plena configuração da nacionalidade.

Nas décadas subseqüentes à independência do país, em 1822, a exigência de representarmos simbolicamente nossa singularidade ante a ex-metrópole e outros países do contexto internacional teria estimulado a formação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e motivado vários intelectuais a se preocupar em atribuir características próprias ao país e à sua população. Mais para o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, a onda política dos nacionalismos [...] daria estímulo a nova busca da identidade brasileira, mais coerente com as novas instituições republicanas. O que, contudo, até hoje justificaria essa busca persistente e aparentemente ininterrupta? *Não estaria, pergunto, essa persistência fechada num círculo vicioso formado pela maneira como se buscou e se busca configurar essa identidade?...* Seria essa a chave para o entendimento da persistente afirmação do inacabamento da nação e, daí, da nacionalidade?... (grifos meus)⁴



Foto Cortesia Academia Brasileira de Letras (ABL)

Graça Aranha, Joaquim Nabuco e Carlos Magalhães de Azeredo.

Refletindo sobre essas interrogações, a historiadora não só confrontou obras de referência, a exemplo da produção legada por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e, particularmente, Oliveira Vianna, como evidenciou liames conceituais e de pensamento a entrelaçar autores aparentemente díspares. Propôs, então, inspirando-se em Miriam R. D’Allonnes, a utilização do termo “lugar-comum” para designar aqueles elementos explicativos da história aos quais sempre se recorre. “Os lugares-comuns”, observou, “seriam formados por palavras, crenças, opiniões e argumentos sobre uma comunidade política efetiva que, embora freqüentemente confusos, erráticos e pouco seguros, deitam raízes profundas na vida e na experiência das pessoas”. A essa noção acrescentou outra, a de *fundo-comum*, que designa o espectro de teorias, noções e materiais com o qual o “lugar-comum” é formulado “e cuja genealogia necessita ser interrogada” (ibidem, p.407 e 427).

Nesse sentido, poder-se-ia asseverar que as obras de Joaquim Nabuco contribuíram de modo incisivo para a formulação de um *fundo-comum* de argumentos, interpretações e informações, por intermédio dos quais se observam e se definem a conformação do Império e os processos políticos e sociais do Brasil, no século XIX e no início do XX. Vistos como balizas, e não como produção política e intelectual, passível de problematização e historização, os textos de Nabuco foram engrandecidos em razão da importância adquirida pelo autor no movimento abolicionista e também por força da repetição contínua de suas descrições e afirmações, em inúmeros outros trabalhos, ainda que sob formulações diferentes.

Percorrendo a ampla bibliografia dedicada a tematizar a história do Império, é possível encontrar interpretações disseminadas por Nabuco tanto em obras do início do século XX quanto em iniciativas editoriais recentes. Argumentos apresentados em *Um estadista* aparecem recuperados e desdobrados, por exemplo, no conjunto de conferências realizadas por Oliveira Lima (2000, espec. cap.VI a XI), em 1910, reunidas em *Formação histórica da nacionalidade brasileira*, especialmente no tocante à desqualificação das revoluções e do período regencial e à compreensão da Monarquia como veículo indispensável para a consolidação da unidade territorial e política do Império. Por seu turno, o título *Viagem incompleta* (Mota, 2000) escolhido para batizar uma coletânea de reflexões sobre a “experiência brasileira”, lançada em 2000, faz ecoar, sem dúvida, o pressuposto do inacabamento da nação, da incompletude que até hoje definiria a identidade nacional.

O que, porém, intriga sobremaneira o pesquisador que estuda esse período é o vigor e a permanência desses pressupostos quando nos defrontamos com outros referenciais igualmente conhecidos e disponíveis que os relativizam, discutem e mesmo desmentem. A leitura de inúmeras fontes produzidas durante o século XIX⁵ evidencia que os protagonistas das lutas políticas e da construção da obra imperial acreditavam na tangibilidade da nação, e que essa convicção

não estava assentada apenas em argumentos ou em artifícios de retórica propositalmente arrebanhados para derrotar opositores em batalhas de circunstância. Não resta dúvida de que é essencial interrogar os fundamentos dessa certeza, compartilhada por sujeitos históricos que vivenciaram momentos muito diversos da trajetória do Império, como a Independência, as revoltas regenciais e a reorganização partidária dos anos 1860.

A esse respeito, no entanto, é pertinente levar em conta, também, outras duas ponderações. A nação, seja como experiência política, seja como conceito, revestiu-se de significados diversos ao longo do século XIX, além do que – em razão da complexidade da sociedade imperial – não se configurava da mesma maneira para os diferenciados sujeitos do processo histórico. Como se poderia supor, por exemplo, que, em meados do século XIX, pequenos proprietários, tropeiros e lavradores rendeiros, por exemplo, interpretassem a vida pública, a nação e o Estado de modo análogo às concepções e práticas exercidas por traficantes de escravos e empreendedores de grande porte?⁶

Por sua vez, debates promovidos pela imprensa, confrontos durante a Assembleia Constituinte, em 1823, registros parlamentares, documentos gerados no âmbito do governo imperial, assim como programas partidários, tal como os que foram constituídos por ocasião dos episódios entre 1868 e 1870,⁷ sugerem a indissolubilidade entre o tema da revolução e o complexo movimento de formação da monarquia constitucional. A despeito do exigido cuidado para evitar generalizações e anacronismos, o tema e a necessidade de compreender o curso das *revoluções* estiveram presentes nas falas e projeções de sujeitos históricos que experimentaram o movimento de independência e o período regencial, sendo recuperados, de modo recorrente, até as décadas finais do Império. Cabe indagar, então, de que modo, em momentos específicos da construção da nação e do Império, os protagonistas da história viram-se compelidos a conferir sentidos ao que denominaram *revolução*. Quais seriam as bases materiais e simbólicas desses movimentos?

A despeito de Reinhart Koselleck (2006, p.67-9) comentar que, desde a segunda metade do século XVIII, o termo *revolução* havia se tornado uma “palavra da moda”, sendo utilizado pelos iluministas para descrever tudo o que se via a partir da perspectiva da transformação e da comoção, a presença dessa noção mais geral coexistiu no discurso político com aquilo que o mesmo historiador denominou “novo horizonte de expectativa”: após os acontecimentos na América inglesa, e na França, após os episódios de 1848, “a revolução conduz a um futuro a tal ponto desconhecido, que conhecê-lo e dominá-lo tornou-se uma contínua tarefa da política”. Assim, essa percepção de aceleração do tempo e de convulsão social adquiriu também o estatuto de conceito, “um princípio regulador tanto para o conhecimento quanto para a ação de todos os homens envolvidos” (ibidem).

Além disso, tanto a incompatibilidade entre liberalismo e escravidão quanto o inacabamento da nação vêm sendo interrogados há bastante tempo pela

bibliografia, e pesquisas desenvolvidas mais recentemente têm aprofundado e enriquecido esses questionamentos.⁸ Por intermédio de caminhos metodológicos diversos, vem sendo possível reconstituir a densidade e as matizações da sociedade que se configurou no Brasil no século XIX, as significações e vivências da escravidão ao longo desse período, bem como projetos, práticas e condições que envolveram gerações de políticos na organização e reformulação da monarquia constitucional.

Parafrazeando Carlos Alberto Vesentini (1997), quando se atenta para obras que projetam “sua força, suas categorias sobre o presente e sobre quem a história”, que critérios mobilizar para compreender o domínio que ainda exercem sobre o conhecimento da história do Império?

Vesentini observa, nesse particular, quão delicados e complexos são os nexos entre o historiador e o passado que se propõe a interrogar. Procurou investigar, quando se debruçou sobre a denominada Revolução de 1930, “a capacidade de sobrevivência e a coerência desta ampla construção a compor a memória, desde sua projeção inicial” no movimento de configuração do processo histórico e da política. “Como conjunto”, pondera, a memória

resiste às evidências, como fatos e documentos, e as absorve, e por meio dela interrogamos o passado. Fatos e documentos [são]... constantemente ampliados, e traduzidos pela acumulação da bibliografia sobre o tema, cujas interpretações, entretanto, não se libertam das malhas da coerência e indicações daquele conjunto. (ibidem, p.18)

Articulando representações, versões, cronologias e personagens que parecem vencer o tempo, a memória acaba por orientar a análise, aprisionando tanto o historiador quanto o conhecimento a essa teia que entrelaça a herança projetada e a reflexão sobre o passado.

Inspirando-se em Claude Lefort (1979), Vesentini (1997) alerta para as implicações do entendimento segundo a qual temas, fatos e agentes da história têm existência objetiva, descolada de seu engendramento no processo de lutas e no âmbito da política, de onde se origina em grande medida a solidez da memória e sua potencialidade para ser retomada e recriada ao longo do tempo. Evidência, assim, questões de método imbricadas ao procedimento de tomar fatos e interpretação em separado. Citando Lucian Febvre (1953, p.115-6) questiona:

Pensam acaso que eles [os fatos] são dados à história como realidades substanciais, que o tempo escondeu de modo mais ou menos profundo, e que se deve simplesmente desenterrar, limpar e apresentar à luz do dia aos nossos contemporâneos?... Tratando-se da história, é o historiador que os forja. Não é, como ele diz, o “passado”. Ou, por uma estranha tautologia, “a história”... (ibidem, p.86-7)

Por intermédio de vertentes singulares, Bresciani e Vesentini nos auxiliam a investigar os fundamentos da escrita da história, problematizando não só os vínculos entre saber e política como o delineamento de práticas e concepções

que, historicamente, foram se enraizando sob a forma de heranças e tradições, e teimam em nos amarrar ao já sabido. Essas ponderações permitem vislumbrar o campo teórico e historiográfico em que se situa o mais recente livro de Izabel Andrade Marson, dedicado a esmiuçar circunstâncias e condicionamentos do domínio exercido pelas interpretações e pressupostos lançados por Nabuco nas obras já mencionadas.

*Política, história e método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão*⁹ traz uma pesquisa de fôlego, finalizada em 1999, e defendida como tese de livre-docência no departamento de História da Unicamp, em 2000. O texto, originalmente denominado *O império da conciliação* (Marson, 1999),¹⁰ sofreu mudanças e foi condensado, mas preservou a densidade e a agudeza da crítica. É resultado de investigações e reflexões que vêm se desenvolvendo há anos, pois desde o doutorado (Marson, 1987), a historiadora já apontava mediações e incongruências entre as circunstâncias, interesses e protagonistas enredados na política em Pernambuco e no Império, na década de 1840, e o modo pelo qual a Revolução Praieira fora apresentada em *Um estadista do Império*. Naquela ocasião, constatava que, “apesar de todas as pesquisas e possibilidades de enfoque”, não haviam sido superadas as explicações e as premissas de Nabuco, atrelando-se o tema aos marcos da memória que a obra havia cristalizado. Recuperando, nos finais do século XIX, os episódios de 1848, o autor pautou-se pelos libelos da repressão em que Nabuco de Araújo, seu pai, exercera papel central.

Posteriormente, em dois outros estudos, Izabel Marson aprofundou suas inferências, investindo na análise da carreira construída pelo parlamentar-historiador, assim como no entendimento das imbricações entre política, memória e escrita da história nos textos que ele nos deixou. No primeiro, “Liberalismo e escravidão no Brasil” (Marson, 1993, p.102-21),¹¹ dedicando-se especificamente ao livro *O abolicionismo*, procurou abordar um período específico da vida de Nabuco, os anos entre 1878 e 1885. Reconstituiu protagonistas e dimensões do debate político para evidenciar a “complexa teia argumentativa por ele criada para justificar a incompatibilidade entre liberalismo e escravidão”. No segundo, “O império da revolução”, Marson (1998, p.73-101) analisou as narrativas mais divulgadas e consultadas sobre os principais eventos políticos do Império, confrontando as interpretações de Armitage (1836), Torres Homem, conhecido como Timandro (1849), Justiniano José da Rocha (1855), Teófilo Ottoni (1860) e Nabuco (1896/1899). Retomava, então, os nexos entre história, memória e política, recortando, porém, o tema da revolução. Além de investigar o modo como cada um desses autores discutiu o curso das revoluções no Brasil no século XIX, apontou práticas de conhecimento utilizadas por Nabuco para, por meio dos que o antecederam, compor a sua versão.

No livro ora lançado, a historiadora, aprofundando esses estudos, problematiza as fontes, as interpretações e o método seguido por Nabuco para construí-las, abordando os temas da revolução e da escravidão, centrais às obras

do autor, para interrogar os estreitos vínculos entre a política e seus escritos. Reconhecendo que “os textos de Joaquim Nabuco se imbricam nos embates partidários contemporâneos e podem nos revelar muito sobre a política imperial em todo o seu percurso, em especial sobre a história da Monarquia e da República no final do século XIX”, constata o encanto provocado pela erudição e elegância de estilo do autor e a competência no exercício da política e na arte de escrever história, o que acabou por assegurar o domínio sobre o tempo. Indaga, entretanto, “quais os compromissos políticos de seu ofício/arte ao historiar a trajetória da monarquia? Quais os significados da expressão ‘Política com P’ – divulgada em *Minha Formação* – ao nomear suas opções no Parlamento e fora dele?” (Marson, 2008, p.13).

Compreendendo “a escrita da história como ato político”, Marson reinscreve os textos de Nabuco sobre os quais se debruça – fundamentalmente *Um estadista* e *O abolicionismo* – na temporalidade do momento em que foram formulados. Reconstitui, assim, o debate do qual fizeram parte. Nomeia aliados e opositores, evidenciando falas, propostas e ações vinculadas a projetos e entendimentos sobre a nação e o Império que são díspares em relação ao que Nabuco registrou. Persegue, igualmente, as relações e contradições entre a prática política do parlamentar-historiador e a narrativa que vai tecendo, simultaneamente, às disputas nas quais esteve envolvido e às contrariedades que viveu. Por quais caminhos metodológicos Nabuco teria sobrepujado adversários políticos, no presente por ele experimentado e no passado, ao contar a história do Império pela intermediação da figura do pai, Nabuco de Araújo? Apesar da complexidade de propostas e da multiplicidade de protagonistas, seja no momento da Praiaira, seja no momento em que se definiu a abolição da escravatura, por que os textos de Nabuco nivelaram diferenças e antinomias, projetando uma memória que dissolveu o amplo espectro de projetos e de protagonistas enredados na política?

A graça e a originalidade da tessitura argumentativa de Marson residem não na imposição de outro ponto de vista, mas, ao contrário, no trabalho delicado, demorado e investigativo de revelar linhas e percursos pelos quais Nabuco entreteceu memória e *fundo-comum*, belamente apresentados e solidamente concebidos.

O princípio político e os pressupostos que fundamentaram o parlamentar-historiador são enunciados já no decorrer da análise do tema da revolução na obra *Um estadista do Império*.

[...] Armitage, Timandro e Ottoni consideraram [a revolução], quando exercitada com moderação e equilíbrio, um procedimento pertinente com a soberania do país, adequado ao tempo e aos princípios da razão, da ordem, da propriedade, dos direitos dos cidadãos e resultado histórico da experiência dos povos na conquista do progresso. Contrariamente, Justiniano José da Rocha e Nabuco a compreenderam como barbárie, atributo de lideranças e massas despreparadas... um fenômeno sintomático de sociedades imaturas a ser evitado, contornado ou debelado por estadistas hábeis e ilustrados... Retomando Rocha... e fazendo *uma*

“*conciliação*” imperial com os liberais históricos – ou seja “*poupano submissos e debelando soberbos*” – o texto de Joaquim Nabuco submeteu as opiniões de Armitage e Ottoni e debelou quase sumariamente Timandro, Mello Moraes e Abreu e Lima... Fundando sua interpretação em fontes conservadoras devidamente arranjadas – os escritos do pai, o depoimento de Penedo e as publicações do Visconde de Goyanna e Rocha – Nabuco construiu a mais severa e desencantada das versões sobre as revoluções do Império... (ibidem, p.63-5)

Foi por intermédio dessa concepção que Nabuco descreveu e qualificou a Revolução Praieira. As revoluções de origem jacobina e girondina expressavam imaturidade e despreparo, não havendo êxito possível para as revoluções liberais que buscassem inspiração nos Estados Unidos ou nas experiências revolucionárias europeias. A questão não reside, porém, tão somente na interpretação sobre o tema, mas no modo como o autor para edificá-la promoveu a “conciliação” de fontes incongruentes, articulando falas histórica e politicamente diversas, para compor, no momento da Revolta da Armada e nos anos iniciais da República, uma narrativa que condenava a experiência revolucionária e republicana em todas as suas manifestações.

Izabel Marson sublinhou em vários trechos o significado e as implicações dessa “conciliação”, que está muito distante de harmonizações pautadas pelo respeito às diferenças e às especificidades, representando a recuperação no âmbito da escrita da história de procedimento da política, exercido, entre outros atores, por Nabuco de Araújo e por seu filho.

Pelo menos em duas ocasiões nas décadas de 1840 e 1850, a narrativa de Anquises, na cena retratada no Livro VI da *Eneida* de Virgílio, a “Descida aos infernos”, foi recuperada como metáfora para definir e justificar os desígnios da política imperial. Nela o pai preveniu o filho, Enéias, sobre o seu destino, alertando-o de que suas ações, no futuro, resultariam na fundação de Roma e do Império, bem como no domínio a ser exercido pelos romanos no mundo antigo. Dessa parte da obra foi extraída a expressão “poupar submissos debelar soberbos” usada, em 1844, para definir a política do gabinete Almeida Torres que propunha uma “conciliação” – de caráter compulsório, como frisou Paulo Pereira de Castro (1967) – entre os moderados das diferentes facções partidárias, justificando-se que o exclusivismo político era uma das razões pelas quais os “interesses nacionais” não conseguiam se sobrepôr a questiúnculas locais e de grupos, o que inviabilizava a unidade política da nação (cf. Oliveira, 2005).

Reeditada, em 1853, a mesma frase sustentou o pressuposto conhecido como “ponte de ouro” defendido por Nabuco de Araújo e Honório Hermeto Carneiro Leão, o marquês de Paraná. A “ponte de ouro” foi interpretada, naquele momento e por seus idealizadores, como um dos apanágios dos estadistas, pois o que se pretendia era agasalhar os que se subordinavam aos desígnios do Estado imperial, castigando-se e cooptando-se os “radicais” para que não impedissem a obra de unificação e centralização nacional. Também essa “conciliação” implicou práticas autoritárias e compulsórias. O argumento, segundo o qual o

“progresso” material e o moral derivavam de interesses comuns a liberais e conservadores, voltados ambos para reformas tidas como necessárias à integridade do Estado, apontava para o exercício da dominação política de certas facções proprietárias sobre outras e sobre o conjunto da sociedade, significando a imposição de *um* projeto de Império, em detrimento da memória de outros projetos e possibilidades históricas (Marson, 2008, cap.1 e 3; 1987, p.412ss).

Ao longo do livro, Izabel Marson vai acompanhando e problematizando os argumentos e as imagens recriados por Nabuco para desqualificar as revoluções liberais e, simultaneamente, explicar a “singularidade da nação brasileira” ante a Europa “civilizada”, cujo modelo era para ele a Inglaterra. Frisando o “descompasso com o velho continente”, Nabuco descreveu a sociedade brasileira do século XIX como despreparada e imatura, dependente do esforço de estadistas e de uma lenta evolução:

A sociedade monárquica vivenciaria no XIX instituições signatárias da barbárie e inscritas no passado dos povos agora civilizados... Esse pressuposto, sistematizado na expressão “feudalismo, *latifúndia*, servidão, escravidão” foi essencial para atrelar a história do Império única e exclusivamente à experiência europeia... (Marson, 2008, p.67)

Entrelaçam-se, desse modo, os dois temas – revolução e escravidão. Conforme observa Marson, o argumento que associa aqueles termos “é recorrente entre políticos e autores que desde o final do XVIII e ao longo do XIX interpretaram o Brasil e a sociedade pernambucana em particular”. Foi usado com eficácia tanto para exemplificar sociedades dotadas de “instituições ultrapassadas” quanto sobretudo para atacar “revoluções indesejáveis” e promover “projetos liberais reformadores” (ibidem).

Buscando pontuar a configuração do paradigma “feudalismo, *latifúndia*, servidão, escravidão”, a historiadora discute considerações do viajante inglês Henry Koster, feitas no início do século XIX, e propostas reformistas defendidas pela revista *O Progresso*, editada em Pernambuco, compromissada com o partido conservador nas eleições de 1846 e 1848. Por esse encaminhamento é que adentra nas formulações de Nabuco, em *O abolicionismo*, e depois em *Um estadista*. Nessas obras, observa, “escravidão/servidão e reforma/revolução social se imbricam na montagem de três grandes ‘fatos’ – a escravidão, o abolicionismo e a revolução praieira – e aquele argumento, até então adotado na disputa política, ganhou o estatuto exclusivo de conhecimento”. É na reconstituição de alguns dos momentos históricos nos quais aquele argumento foi adotado como arma de luta política e figura de retórica que é possível evidenciar “um percurso para as relações entre liberalismo e escravidão no qual se pode perceber que a incompatibilidade absoluta entre esses termos foi uma construção gradativa e adaptada às circunstâncias” (ibidem, p.69 e 70).

Nesse sentido, Marson explicita os desdobramentos políticos e conceituais tanto daquele argumento quanto dessa incompatibilidade, discutindo e mape-

ando por quais estratégias configurou-se, ao longo da década de 1880, a proposta da abolição de escravatura sem indenização. Por intermédio da atuação e dos discursos de diferentes protagonistas, em especial o do engenheiro Milet, revela que as imagens inscritas em *O abolicionismo* e nas *Conferências* proferidas por Nabuco nas campanhas abolicionistas a respeito da escravidão eram recusadas por segmentos proprietários de Pernambuco e outras regiões do Império.

Não se tratava, entretanto, de gente que refutava mudanças ou se mantinha na “barbárie”. Estavam em questão, entre as décadas de 1870 e 1880,

o choque de opiniões existente nas províncias do norte a respeito dos engenhos centrais; os antagonismos entre grandes e pequenos proprietários; a complexidade da escravidão; o envolvimento de produtores de açúcar com uma competitiva economia internacional; e as perdas que o projeto abolicionista, signatário do *laissez-faire*, do metalismo, da não intervenção do Estado e da abolição iminente do “monopólio” da escravidão sem nenhuma contrapartida, significaria para todos os contingentes da sociedade pernambucana. (ibidem, p.193)

Mais ainda: ao inscrever a atuação de Nabuco como abolicionista nas lutas dos anos 1880, acompanhando as alterações de posição e estratégia no Parlamento, bem como as nuances de sua escrita, Marson sinaliza para “o quanto as mudanças nas práticas produtivas integravam um projeto político determinado” que respondia “às pressões e interesses dos grandes financistas e proprietários do Império afinados com a orientação liberal” em expansão seja nos Estados Unidos, seja nos países europeus (ibidem, p.244).

Assim, saber e poder – política e arte de escrever a história – expressaram mediante dimensões aparentemente específicas os mesmos princípios e procedimentos orientados pela “conciliação”, que instrumentalizou argumentos, criou imagens e retóricas e engendrou um *fundo-comum* no qual ficaram excluídos, minimizados e transformados os que, rebeldes na política, foram debelados na memória tanto do passado quanto do presente.

As reflexões de Izabel Marson conduzem a questionamentos sobre o método do historiador e sobre os liames que nos prendem às heranças, às tradições, aos sulcos forjados pela memória e pelos lugares-comuns. Lembrando interrogações lançadas por Francisco Murari Pires (2009), o livro nos aponta o fardo e os fios que, desde os fins do século XIX, guiaram e iluminaram hipóteses e inferências sobre a história do Império. “Então, sacudir o fardo ou (re)inovar os fios? Ou antes: desfiar o fardo, desatar os nós que o (e também nos) prendem?”. Que afinidades ainda nos mantêm enredados na tessitura engendrada pela política e pela arte?

Notas

- 1 Utilizo a expressão no sentido que lhe foi emprestado por Lourenço Dantas Mota (2001, v.1, p.9-22). Os intérpretes do Brasil são aqueles autores que escreveram “obras fundamentais” para o entendimento da formação da sociedade brasileira, re-

presentativas de “duradouros instrumentos de conhecimento”. “Demiurgos”, autores como Joaquim Nabuco, legaram não apenas contribuições originais, mas levantaram “as grandes perguntas que nos fizemos sobre o que somos e qual nosso lugar no mundo”.

- 2 A expressão foi utilizada por Silvano Santiago (2002, v.1, p.XV) na introdução geral de *Intérpretes do Brasil* e qualifica os livros que compõem a coletânea, vistos como narrativas que iluminam o território brasileiro, seus habitantes e os processos pelos quais a colônia tornou-se Brasil. A coletânea se abre com uma nova edição de *O abolicionismo*.
- 3 Cf. verbete “Joaquim Nabuco” em Vainfas (2002, p.411-3).
- 4 Para o aprofundamento das questões formuladas no artigo, consultar Bresciani (2005).
- 5 Mesmo reconhecendo a complexidade e as nuances dos processos históricos em curso no Brasil, no século XIX, e apenas para pontuar o debate sobre a tangibilidade da nação, remeto aos textos e discursos de Frei Caneca, Diogo Antônio Feijó, Evaristo da Veiga, Francisco Salles Torres Homem e Teófilo Ottoni, entre outros.
- 6 Ver o artigo já mencionado de Izabel Marson (2001) e Oliveira (2003).
- 7 Refiro-me, especialmente, aos episódios e confrontos que marcaram a reorganização dos partidos liberal e conservador e o surgimento de agremiações republicanas, processos que repercutiam, entre outras questões, a substituição do gabinete progressista-liberal de Zacarias, em julho de 1868, pelo gabinete conservador do visconde de Itaboraí. Sobre o tema, consultar as considerações de Francisco Iglesias e de Sérgio Buarque de Holanda na coleção “História geral da civilização brasileira”.
- 8 Apenas para situar o debate, pesquisas como as de Maria Thereza S. Petrone, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Ilmar R. Mattos, Alcir Lenharo, Maria de Lourdes Janotti, Izabel Andrade Marson, Hebe de Mattos, Manolo Florentino, João Fragoso e Maria de Lourdes Vianna Lyra, Lúcia Maria Guimarães, Iara Liz Carvalho Souza, Rafael de Bivar Marquese, entre outros autores, oferecem elementos para repensar os nexos entre liberalismo, escravidão, cidadania e relações mercantis no Brasil do século XIX.
- 9 O livro foi publicado, em 2008, pela Universidade Federal de Uberlândia, com o apoio do CNPq.
- 10 Cabe esclarecer que, no sentido utilizado pela historiadora, os vocábulos “tessitura” e “teitura”, apesar da grafia diferente, referem-se ao conjunto de fios que se cruzam com a urdidura. Anteriormente ao *Dicionário* de Aurélio Buarque, tessitura indicava os sons de uma partitura, enquanto teitura exprimia o entrelaçamento de fios na confecção de tecidos. Nos dicionários Aurélio e Houaiss não se encontra a grafia teitura.
- 11 Mais recentemente, em conjunto com Célio Tasinafo, a historiadora preparou uma introdução para a reedição da obra *O abolicionismo*, produzida pela Editora da Universidade de Brasília, em 2003.

Referências bibliográficas

ALENCASTRO, L. F. Um estadista do Império. In: MOTA, L. D. (Org.) *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*. 3.ed. São Paulo: Senac, 2001.v.1.

BRESCIANI, M. S. M. Identidades inconclusas no Brasil do século XX – fundamentos de um lugar-comum. In: BRESCIANI, M. S. M.; NAXARA, M. (Org.) *Memória e (res) sentimento*. Indagações sobre uma relação sensível. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p.405-30.

_____. *O charme da ciência e a sedução da objetividade*. Oliveira Lima entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

CASTRO, P. P. de. Política e administração de 1840 a 1848. In: HOLANDA, S. B. de. (Org.) *História geral da civilização brasileira*. 2.ed. São Paulo: Difel, 1967. t.II, v.2, p.522ss.

FAORO, R. História e arte. In: NABUCO, J. *Um estadista do Império*. 5.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. v.1, p.21-30.

FEBVRE, L. *Combats pour l'Histoire*. Paris: Armad Colin, 1953.

KOSELLECK, R. *Futuro passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. W. P. Maas e C. A. Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-RJ, 2006.

LEFORT, C. *As formas da história*. Trad. M. Chauí e L. R. Salinas Forte. São Paulo: Brasiliense, 1979.

LIMA, M. de O. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. 3.ed. Rio de Janeiro: Topbooks; São Paulo: Publifolha, 2000.

MARSON, I. A. *O império do progresso*. A revolução praieira em Pernambuco, 1842/1855. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Liberalismo e escravidão no Brasil. Joaquim Nabuco e o jogo de temas, argumentos e imagens na re (criação) do progresso. *Revista USP*, São Paulo, n.17, p.102-21, março/maio 1993.

_____. O império da revolução: matrizes interpretativas dos conflitos na sociedade monárquica. In: FREITAS, M. C. (Org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. Bragança Paulista; São Paulo: USF; Contexto, 1998. p.73-101.

_____. *O império da conciliação: política e método em Joaquim Nabuco* – a tecitura da revolução e da escravidão. Campinas: IFCH; Unicamp, 1999. 2v.

_____. Liberalismo *versus* escravidão: reflexões sobre uma relação contraditória. *História & Perspectiva*, Uberlândia, v.24, p.39-50, jan./jun., 2001.

_____. *Política, história e método em Joaquim Nabuco*: tessituras da revolução e da escravidão. Uberlândia: Editora da UFU; CNPq, 2008.

MOTA, C. G. (Org.) *Viagem incompleta*. A experiência brasileira. São Paulo: Senac, 2000. 2v.

MOTA, L. D. (Org.) *Introdução ao Brasil*: um banquete nos trópicos. 3.ed. São Paulo: Senac, 2001. 3v.

NABUCO, J. *O abolicionismo*. Londres: Typografia de Abraham Kingdon e Ca, 1883.

_____. *Um estadista do Império*: Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época. Paris, Rio de Janeiro: H. Garnier, 1897-1899. 3v.

_____. *Minha formação*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1900.

_____. *O abolicionismo*. Introd. de Célio Tasinafo e Izabel Andrade Marson. Brasília: Editora da UnB, 2003.

OLIVEIRA, C. H. de S. Tramas políticas, redes de negócios. In: JANCSÓ, I. (Org.) *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2003.

_____. Heranças recriadas. *Almanack Braziliense*. Revista eletrônica, n.1, maio de 2005. Disponível em: <<http://www.estadonacional.usp.br>>.

PIRES, F. M. *O fardo e o fio*. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dh/heros/cursos/antigos/simposio/fardofio.html>>. Acesso em: 24.1.2009.

PRADO, M. E. O cavaleiro andante dos princípios e das reformas: Joaquim Nabuco e a política. In: _____. (Org.) *O Estado como vocação*. Idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Acess, 1999. p.239-66.

SANTIAGO, S. (Coord.) *Intérpretes do Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Aguiar, 2002. 3v.

VAINFAS, R. (Dir.) *Dicionário do Brasil Imperial, 1822/1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VESENTINI, C. A. *A teia do fato*. Uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo: Hucitec; PPGHS, 1997.

RESUMO – O artigo se propõe a discutir as complexas mediações entre política, memória e escrita da história, tomando como referência o recente livro de Izabel Andrade Marson, *Política, história e método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão*. Fundamentando-se, igualmente, em considerações de Maria Stella Bresciani e Carlos Alberto Vesentini, o texto procura problematizar procedimentos concernentes ao ofício de historiar.

PALAVRAS-CHAVE: Império, Política, Escrita da história, Joaquim Nabuco.

ABSTRACT – This article aims to discuss the complex mediations among politics, memory and the writing of history, using Izabel Andrade Marson's recently published book *Politics, history and method in Joaquim Nabuco: fabrics of revolution and slavery* as reference. Also based on considerations by Maria Stella Bresciani and Carlos Alberto Vesentini, this essay attempts to challenge procedures concerning the art of making history.

KEYWORDS: Empire, Politics, Writing of History, Joaquim Nabuco.

Cecilia Helena L. de Salles Oliveira é professora titular e atual diretora do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. Atua, também, no Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH/USP. Pesquisadora do CNPq, desde 2005, publicou, entre outros livros e artigos, *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro, 1820 e 1824*. @ – dirmpp@usp.br

Recebido em 16.2.2009 e aceito em 27.2.2009.